

CIDADES EDUCADORAS: TRANSFERIBILIDADE DE BOAS PRÁTICAS PARA OS MUNICÍPIOS DO EIXO ATLÂNTICO

Ana Paula Marques

Departamento de Sociologia - Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/UM)

Rita Moreira

Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/UM)

Resumo

Na actualidade, a ideia de Cidade Educadora apesar de associada a um movimento de iniciativas e instituições de âmbito internacional, tem vindo a ser reconhecida como uma das vias possíveis para perceber a realidade urbana e melhorar a sua dinâmica em termos de participação e coesão social. Neste sentido, percebe-se a cidade não só como referente fundamental para o desenvolvimento urbano, mas também como agente educativo dinamizador de aprendizagens não formais e informais que permitam aos seus cidadãos desenvolver competências e reforçar os princípios de cidadania activa. Para ilustrar esta dimensão, o presente artigo, enquadrado no âmbito do projecto “*O Eixo Atlântico: un território educador, unha comunidade educativa*” procurará fazer uma breve contextualização do movimento internacional das cidades educadoras com o intuito de estabelecer directrizes para o desenvolvimento de actuações integradas nas políticas educativas municipais das cidades do Eixo Atlântico. A partir da análise de doze projectos educativos dos diferentes municípios membros da AICE classificados como “boas práticas” à luz da filosofia e dos princípios das cidades educadoras, pretende-se contribuir para a discussão e reflexão em torno da importância da transferibilidade destas experiências para o contexto das cidades da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

Introdução

No quadro do projecto de investigação intitulado *O Eixo Atlântico: un território educador, unha comunidade educativo*¹, pretendeu-se sinalizar, a partir da análise das iniciativas coordenadas e das estratégias partilhadas, em matéria de políticas educativas, entre as cidades da Euro-região que subscreveram a Carta das Cidades Educadoras, linhas de orientação estratégica para criar uma rede e identidade euro-regional, bem como avançar com políticas que, numa perspectiva educativa, gerem uma maior qualidade de vida para todos os habitantes do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

¹ O Projecto *O Eixo Atlântico: un território educador, unha comunidade educativa* foi promovido pelo Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, sob a coordenação científica da Prof. Doutora Belén Carballo da Universidade de Santiago de Compostela. Esta investigação contou com a participação de docentes e investigadores das Universidades do Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro, da Corunha e de Santiago de Compostela, configurando uma equipa uma equipa internacional e multidisciplinar.

Abrangendo a Euro-região Galiza-Norte de Portugal, esta investigação visou, por um lado, através da compilação, sistematização e análise da documentação disponível, elaborar um diagnóstico da situação educativa dos municípios que integram esta euro-região; e, por outro, socorrendo-se de uma abordagem prospectiva e propositiva, avançar no “desenho” de linhas-chave para o desenvolvimento de intervenções e estratégias integradas, em matéria de políticas socioeducativas municipais, de acordo com os princípios e finalidades das Cidades Educadoras. Partindo dos objectivos enunciados, foi-nos possível delimitar e estruturar o nosso referencial teórico, com particular destaque para os aspectos sociológicos, pedagógicos, políticos e legislativos implicados na análise desta realidade. Para o seu enquadramento foram otimizados contributos teóricos dos diferentes campos disciplinares existentes acerca do território e das cidades como cenários de educação, procurando avançar numa reflexão em que se assumem como dimensões analíticas privilegiadas a natureza comunitária da acção educativa e os territórios como novos contextos em que se concretizam estes processos, a par com os modelos, as concepções e linhas de actuação que estão a ser desenvolvidos, sobretudo, nas cidades educadoras, nas comunidades de aprendizagem, nos sistemas formativos integrados, entre outros.

A combinação de várias etapas e técnicas de investigação permitiu-nos definir um desenho de pesquisa assente numa triangulação de enfoques metodológicos diversificados. Com efeito, a opção por uma estratégia metodológica assente numa perspectiva quantitativa e qualitativa de recolha de dados facilitou o acesso a uma informação diversificada, rica e contrastada. Em função destas perspectivas, o recurso a distintas fontes e técnicas de recolha e tratamento de informação permitiram não só a caracterização das políticas socioeducativas dos municípios que integram a estrutura de cooperação transfronteiriça da Euro-região do Noroeste Peninsular, como também a apresentação de conclusões e de propostas de actuação para este território. Estas, por sua vez, alicerçaram-se nos resultados do questionário aplicado aos responsáveis técnicos e/ou políticos pela área socioeducativa dos municípios do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, em particular daqueles que integram a rede das cidades Educadoras; na informação recolhida nos *websites* dos municípios que integram este espaço regional; na caracterização de diferentes projectos/experiências educativos desenvolvidos pelos municípios europeus que integram o Banco Internacional de Cidades Educadoras (BICE), entre outros.

Apesar da multiplicidade de instrumentos e procedimentos utilizados nesta investigação, o presente artigo irá debruçar-se na análise dos projectos/ experiências socioeducativos seleccionados do Banco Internacional de Cidades Educadoras (BICE), classificados como boas práticas à luz de critérios e dimensões pré-estabelecidas no quadro da filosofia das Cidades Educadoras. A partir da análise de doze projectos educativos de diferentes municípios, pretende-

se fazer uma breve contextualização do movimento internacional das cidades educadoras com o intuito de estabelecer directrizes para o desenvolvimento de actuações integradas nas políticas educativas municipais, bem como contribuir para a discussão e reflexão em torno da importância da transferibilidade destas experiências para o contexto das cidades da Euro-região Galiza-Norte de Portugal.

1. Boas práticas das Cidades Educadoras como referente

O movimento das cidades educadoras é orientado pelos princípios da Carta das Cidades Educadoras¹ expressa na declaração de Barcelona de 1990 ratificada em 1994. Este documento oficial permitiu a criação, em 1994, da *Asociación Internacional de Ciudades Educadoras* (AICE)², com sede em Barcelona, Espanha.

Nos seus princípios gerais, a Carta expressa univocamente o compromisso das cidades que a subscrevem no sentido de se assumirem não somente como meios educativos, mas também e sobretudo como principais agentes/ sujeitos activos e dinamizadores de políticas que, numa perspectiva educativa, proporcionam melhores condições de vida aos seus habitantes. Estes objectivos enquadram-se no seu preâmbulo: “ (...) Hoje, mais que nunca, a cidade, pequena ou grande, dispõe de infinitas possibilidades educativas. De uma forma ou de outra, a cidade contém elementos cruciais para uma formação integral (...) A cidade será educadora sempre que reconheça, exerça e desenvolva, para além das suas funções tradicionais – económica, social, política, e de prestação de serviços -, uma função educadora. Quer isto dizer que a cidade deve assumir uma intencionalidade e uma responsabilidade cujo objectivo seja a formação, a promoção e o desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e jovens” (Carta de Cidades Educadoras, Novembro de 2004).

Na verdade, este movimento traduz uma nova abordagem da cidade como espaço de educação e cidadania, alicerçada em três pilares fundamentais: *i)* o direito à cidade educadora; *ii)* o compromisso da cidade; e *iii)* o serviço integral às pessoas. Nesta perspectiva, Cabezudo (2004) considera que o conceito de cidade educadora é uma nova dimensão complementar, e até certo ponto, alternativa ao carácter formalizado centralista e frequentemente pouco flexível dos sistemas educativos.

Portanto, uma cidade que se pretende educadora deve privilegiar uma visão cultural e relacional da cidade, organizada em função do contributo dos seus cidadãos, que devem ter o direito e o dever de participar activamente na construção de um espaço comum. A este respeito, Baptista (2005) reconhece que uma cidade educadora é aquela que afirma explicitamente uma intencionalidade pedagógica, na qual as próprias instituições funcionam como recursos, como meios privilegiados para activar o capital social. Segundo a mesma autora, numa cidade

educadora as redes sociais são constituídas por unidades – pessoas, serviços, organizações – ligadas entre si, pela partilha de um determinado património de valores e objectivos. Por isso, o mais importante na vida das redes sociais é o tipo de relação e de interacção que se estabelece entre essas unidades e que, apesar de poder variar de conteúdo, deve obedecer sempre à mesma finalidade: a procura de maior proximidade humana.

Não obstante a diversidade de expressões com que a cidade educadora se pode apresentar, emerge neste conceito uma intencionalidade educadora, expressa numa vontade inequívoca de abrir a sociedade a novas estratégias formativas, assumindo-se este aglomerado territorial como protagonista daquilo que vários teóricos (Faure, 1973; Trilla, 1990; 1999; 2005) têm denominando de aprendizagens formais, não formais e informais através de acções que promovem o direito dos cidadãos à formação ao longo da vida, permitindo-lhes desenvolver competências úteis para o exercício de uma cidadania activa. Tal implica uma redefinição do papel do “Estado Educador” atribuindo-se à dimensão local/ municipal um papel fulcral de potenciação da possibilidade e realização educativa da cidade, pelo que também se exige uma clarificação do papel dos diferentes agentes na rentabilização dessas potencialidades. Na óptica de Moll (2008), esta reconceptualização do papel da cidade implica observá-la como uma rede de caminhos educativos nos seus espaços pedagógicos formais (e.g. escolas, jardins de infância, faculdades, universidades, institutos) e informais (e.g. teatros, praças, museus, bibliotecas, locais públicos, igrejas, bem como o tráfego automóvel, o autocarro, a rua), no qual as ruas sejam pontes para a convivência e aprendizagem e, em que a intencionalidade das acções desenvolvidas, possam converter a cidade em território educativo e fazer dela pedagogia.

É, aliás, neste contexto, que se enquadra a importância da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) com a criação do Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras (BIDCE)³. Trata-se de um banco de dados que integra informação básica sobre a actuação de vários municípios em todo o mundo, sendo “alimentada” por todas as cidades membro, com as suas experiências/ projectos educativos. Também é constituído por uma base de documentos que procuram sustentar o conceito de cidade educadora (desde livros, revistas, artigos, registos de conferências, seminários etc.).

Além disso, no BICDE são ainda divulgadas as experiências educativas mais inovadoras que possam servir de ponto de referência a outras cidades. Estas experiências destinam-se a diferentes grupos etários (0-3, 4-6, 7-12, 13-18, 19-25, 26-40, 41-65, +65 anos), e as suas actividades estão integradas em cento e sessenta e sete (167) sub-temas agrupados em doze (12) áreas temáticas como sejam: Arte e Humanidades; Associativismo e Participação; Bem-estar Social; Ciência e Tecnologia; Civismo e Convivência; Cultura e Lazer; Desenvolvimento Pessoal; Desenvolvimento Socioeconómico; Desenvolvimento Urbano; Formação Permanente;

Informação e Documentação; Meio Ambiente; Política e Administração; Saúde e Desporto; Sistema Educativo.

1.1. Critérios para a selecção dos projectos/ experiências educativas no BIDCE

Entende-se por “boas práticas” os contributos excelentes destinados a melhorar as condições de vida das populações. Estas, por sua vez, caracterizam-se por uma tripla condição: *i)* ter um plano tangível no que toca à melhoria da qualidade de vida das pessoas e das comunidades, a título individual e colectivo; *ii)* resultar de um trabalho conjunto entre os sectores públicos, privados e cívicos da sociedade; e, por fim, *iii)* estar social, cultural, económica e ambientalmente orientadas para a sustentabilidade.

Indissociável do processo de recontextualização dos municípios como espaços educativos, procurou-se, nesta investigação, seleccionar os melhores projectos/ experiências socioeducativos identificados como “boas práticas” e que constam do Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras (BIDCE). Para a sua avaliação, estabeleceu-se um conjunto de critérios e indicadores (*e.g.* com o intuito de identificar e distinguir uma boa prática por denotar alguma ou várias características) agrupados em cinco dimensões-chave:

- *Dimensão organizativa:* assente em critérios que atendem à estrutura organizativa e funcional das iniciativas locais, assim como a sua ligação com os diferentes actores que participam no seu desenvolvimento. São considerados aspectos como a coordenação, a interdepartamentalidade, a cooperação / parcerias público-privadas, entre outros.
- *Dimensão projectiva:* alicerçada em critérios que avaliam a projecção institucional e social das iniciativas locais, dimensionando o seu alcance temporal e espacial no território, nos cidadãos e comunidades dos objectivos atingidos (*e.g.* contextualização, adaptabilidade, replicação/transferibilidade).
- *Dimensão política:* baseada em critérios que contemplam questões como a democratização da sociedade e a liderança, enfatizando a imparcialidade, transparência e credibilização dos seus processos alicerçados numa activa participação social.
- *Dimensão técnica:* recorre a critérios centrados em aspectos instrumentais e operativos que aludam à inovação, planificação estratégica, rentabilização dos recursos orientados para a concretização com êxito das iniciativas.
- *Dimensão social:* apoiada em critérios que concretizam os princípios e objectivos que devem ajudar a conseguir alcançar as boas e melhores práticas (*e.g.* coesão social, territorialidade, equidade, diversidade cultural, etc.).

2. Análise de doze “Boas práticas” educativas

Após a definição das dimensões e critérios utilizados para a classificação das experiências/projectos que constituíssem *per se* “boas práticas” ao nível socioeducativo, procedeu-se à selecção de apenas doze experiências europeias, procurando-se que estas abarcassem, de uma forma geral, municípios distintos em termos geográficos (pequena, média e grande dimensão). Procurou-se, desta forma, seleccionar experiências que pela sua diversidade temática e pela sua forma, permitissem maior transferibilidade, em termos práticos, para as cidades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular.

Numa perspectiva pedagógica e social, deu-se maior destaque aos projectos formativos que evidenciassem uma actuação municipal mais activa e empreendedora, numa dimensão educativa-social, e que reunisse simultaneamente critérios capazes de identificar e destacar o valor das acções socioeducativas locais. Nesse sentido, tornou-se pertinente considerar que as “boas práticas” no âmbito da acção socioeducativa local deveriam atender, antes de tudo, a:

- uma educação *inclusiva*, entendida como o direito de todos os cidadãos, em condições de igualdade e equidade, podem usufruir das oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal que a cidade oferece;
- uma educação *integral*, capaz de abranger todos os campos de formação e desenvolvimento humano e social, por meio de múltiplas acções que, no seu conjunto, possibilitem a harmonização da aprendizagem ao longo da vida;
- uma educação *plural e alternativa*, entendida como uma oferta ampla e variada de equipamentos socioeducativos e de serviços públicos, assim como de planos e programas educativos, que concretizem o compromisso local como direito à educação, segundo as necessidades e demandas que surjam em cada caso.

Apesar de se registar um elevado número de projectos educativos no BICE, importa referir que a maior parte das experiências seleccionadas foram desenvolvidas por municípios espanhóis, tendo menor expressão os projectos de outros países europeus, como veremos adiante. Tal facto prende-se sobretudo com valor simbólico das próprias experiências/projectos resultado de uma maior consciencialização destes municípios para a importância do seu papel no contexto das cidades educadoras.

2.1. Breve apresentação dos projectos/experiências

Neste ponto procurar-se-á fazer uma breve apresentação das doze experiências/projectos educativos recolhidas do Banco Internacional de Documentos das Cidades Educadoras (BICDE) dos diferentes municípios membros da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)

que, com base em diferentes critérios, foram classificados como boas práticas à luz da filosofia e dos princípios das Cidades Educadoras.

Atente-se à tabela seguinte para ver os projectos/ experiências seleccionados que foram desenvolvidos por diferentes municípios europeus e que representam boas práticas ao nível das políticas socioeducativas municipais.

Quadro A.

Boas práticas (experiências/ projectos) das Cidades Educadoras

N	Nome do Projecto	NºBICE	Ano de início	Cidade	País	Dimensão populacional
1	Centro de ocio y actividades alternativas (<i>Centro de lazer e actividades alternativas</i>)	1860	2005	Montánchez	Espanha	<10.000 Habitantes
2	Los niños protagonistas del municipio por un día (<i>Crianças protagonistas do município por um dia</i>)	1960	2005	Canet d'en Berenguer	Espanha	<10.000 Habitantes
3	Punto Omnia (<i>Punt Òmnia</i>)	2143	2002	Banyoles	Espanha	Entre 10.000 e 20.000 habitantes
4	Proceso de participación en la urbanización de la explanada del Colegio Canigó (<i>Processo de participação e urbanização da explanada do Colégio de Canigó</i>)	2015	2004	Sant Just Desvern	Espanha	Entre 10.000 e 20.000 habitantes
5	A pie a la escuela (<i>A pé para a Escola</i>)	2112	2007	Collegno	Itália	Entre 20.000 e 50.000 habitantes
6	Programa de Horticultura Terapéutica (<i>Programa de Horticultura Terapéutica</i>)	2116	2002	Esposende	Portugal	Entre 20.000 e 50.000 habitantes
7	Regionet Integra (<i>Região integradora</i>)	1819	2003	Quart de Poblet	Espanha	Entre 20.000 e 50.000 habitantes
8	MUNDOARTE (<i>MONDOARTE</i>)	1414	2000	Rivoli	Itália	Entre 50.000 e 100.000 habitantes
9	Universidad de la Tercera Edad (<i>Universidade da Terceira Idade</i>)	1796	2003	Barreiro	Portugal	Entre 50.000 e 100.000 habitantes
10	Foro participativo del Ayuntamiento de Albacete (<i>Forum participativo do município de Albacete</i>)	1725	2000	Albacete	Espanha	Mais de 100.000 habitantes
11	La memoria oral en las bibliotecas de Barcelona (<i>Memória oral nas bibliotecas de Barcelona</i>)	2159	2005	Barcelona	Espanha	Mais de 100.000 habitantes
12	Las mujeres y los movimientos urbanos en los Distritos de Barcelona (<i>As mulheres e os movimentos urbanos nos distritos de Barcelona</i>)	1310	1996	Barcelona	Espanha	Mais de 100.000 habitantes

Fonte: Banco Internacional das Cidades Educadoras (BIDCE), 2008

No *Centro de Lazer e Actividades recreativas* de Montánchez (Espanha) oferece-se aos jovens da cidade formas alternativas e saudáveis de lazer durante o fim-de-semana. De um modo geral, com este Centro pretende-se disponibilizar aos jovens um espaço de lazer saudável para as noites de sexta-feira e sábado; bem como criar espaços de entretenimento pessoal e grupal, em torno de uma série de valores como o meio ambiente, a saúde e a solidariedade; e oferecer alternativas de lazer como actividades lúdicas, educativas, desportivas e de debate, entre outras.

Relativamente ao projecto *Crianças protagonistas do município por um dia* destinou-se aos alunos do 2º ciclo do Ensino Básico do município de Canet d'en Berenguer (Espanha). Tratava-se de um dia em que crianças assumiam o protagonismo do município num acto solene. Em termos gerais, este projecto visou dar a conhecer o funcionamento, a gestão e a composição do governo local aos estudantes; e constituir uma oportunidade para os membros do governo local conhecerem as preocupações das crianças sobre determinados temas relacionados com o urbanismo, o meio ambiente, a segurança dos cidadãos, entre outros aspectos.

No caso do projecto *Punt Òmnia*, as actividades organizadas circunscrevem-se ao município Banyoles (Espanha) e visaram facilitar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) das pessoas e grupos com maiores dificuldades de acesso, procurando evitar um maior risco de exclusão social, em particular no caso dos imigrantes e moradores do bairro da Farga. Através de uma aposta nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com este projecto pretendeu-se criar cidadãos autónomos capazes de aprofundar o processo democratizador da cidade e contribuir para a melhoria do bem-estar social. Globalmente, esta experiência quis fomentar a auto-estima nas pessoas e promover o compromisso do bairro e da colectividade, fomentando e potenciando acções solidárias fora do contexto escolar e que actuassem directamente na comunidade.

Em relação ao *Proceso de participación en la urbanización de la explanada del Colegio Canigó* consistiu numa experiência que surgiu no município de Sant Just Desvern (Espanha) a partir do projecto de urbanização de uma explanada, situada em frente ao Colégio. Iniciou-se a partir de um trabalho que envolveu as diversas áreas de intervenção municipal, respondendo a uma vontade política de fomentar a participação cidadã da infância no desenho e na construção dos seus espaços de uso mais imediatos; envolver a comunidade educativa (e.g. alunos, professores e pais) nos projectos deste município enquanto cidade Educadora; estimular a co-responsabilização de todas as pessoas que integram a comunidade nas intervenções municipais, fomentando a transversalidade nos projectos do município.

No que se refere à experiência *Walk to school* tratou-se de uma acção integrada no projecto Agenda 21 do município de Collegno (Itália) para definir estratégias de desenvolvimento sustentável do território. Em geral, esta iniciativa pretendeu aumentar o desenvolvimento da autonomia nas crianças e nos seus movimentos, garantindo a segurança e a percepção do risco graças a um melhor conhecimento do território e dos pontos de referência do bairro (e.g. lojas, mercados). Esta experiência convidou a população a deslocar-se de bicicleta, melhorou a qualidade do tempo das famílias, animou a juventude e os idosos a participarem em iniciativas sociais (e.g. acompanhamento das crianças, fomento das relações entre as crianças e as diferentes famílias), tendo conseguido reduzir o fenómeno de circulação dos veículos em hora de ponta.

No caso do *Programa de Horticultura Terapêutica* que foi concebido pela Câmara Municipal de Esposende (Portugal) para integrar grupos distintos da população com necessidades especiais na sociedade, aumentando a consciência ambiental e social da população local. Para alcançar estas metas, este programa propôs-se oferecer cursos de formação ambiental na cidade para promover o ser humano e a sua interacção social, respeitando o meio ambiente, sensibilizando a população para a adopção de comportamentos e estilos de vida saudáveis; aumentar a auto-estima das pessoas participantes; potenciar o desenvolvimento cognitivo e fomentar a interacção social; e diminuir os níveis de stress e aumentar o bem-estar individual.

O programa *Regionet Integra* enquadrou-se numa iniciativa da União Europeia para projectos de formação permanente sob a coordenação da Câmara municipal de Quart de Poblet (Espanha). Este programa teve como objectivo geral conceber conteúdos mínimos de aprendizagem, comuns para os diferentes países da União Europeia, em função das necessidades de formação dos pais e mães dos alunos imigrantes. Os objectivos específicos do programa passam por: descrever a situação da imigração nos centros educativos, nas localidades e no sistema educativo, aproveitando a estrutura participativa das Associações de Mães e Pais dos alunos; identificar as necessidades de aprendizagem dos alunos imigrantes e das suas famílias, entre outros.

A iniciativa *Mondoarte* consistiu numa exposição de artistas de países emergentes que pretendeu oferecer aos cidadãos do município de Rivoli (Itália) um espaço onde fosse possível observar a história, a tradição e a mitologia dos países dos artistas convidados. O seu objectivo central foi de exaltar o vínculo entre a herança cultural e a sua relação ao mundo actual,

oferecendo uma oportunidade para que os jovens artistas pudessem reunir-se para criar novas possibilidades para a cooperação mundial.

A *Universidade da Terceira Idade* foi criada pela Câmara Municipal do Barreiro (Portugal) para dar resposta à necessidade de ocupar uma parte da população idosa que, no passado foi muito activa e produtiva na vida urbana. Esta iniciativa abarcou a população que estava a envelhecer muito rapidamente e apresentava graves problemas de solidão e exclusão social. Entre os seus objectivos destacam-se: promover actividades sociais, educativas e de lazer para melhorarem as condições de vida da população idosa; oferecer formação permanente e o intercâmbio de conhecimentos entre cidadãos de diferentes idades; animar e desenvolver o espírito de trabalho voluntário; e minimizar os conflitos intergeracionais.

O *Fórum participativo do município de Albacete* (Espanha) foi uma iniciativa desenvolvida pelo governo local para fomentar a cidadania participativa através das associações organizadas em torno de diferentes sectores (e.g. vizinhos, ecologistas, idosos, pessoas com deficiência, mulheres, jovens, ONG's, Mães e Pais de alunos, sócio-sanitárias e imigrantes). O desenvolvimento deste fórum participativo foi da responsabilidade dos representantes políticos do município que, em termos gerais, procuraram: aumentar a satisfação na participação cidadã e desenvolver a democracia participativa; envolver o tecido associativo na gestão e construção da cidade; e, sobretudo, para criar canais de participação no desenvolvimento da política municipal.

No que diz respeito ao projecto *La memoria oral en las bibliotecas de Barcelona* (Espanha), o objectivo principal foi o de recolher as experiências, histórias e testemunhos das pessoas idosas e, depois de uma cuidadosa verificação, incorporá-las no acervo documental das bibliotecas da cidade. Com esta iniciativa pretendeu-se obter memória histórica mais recente da cidade através da gravação do depoimento oral e dos escritos deste período histórico e incorporá-los na colecção local da biblioteca; aproximar a biblioteca dos idosos; converter os usuários da biblioteca em criadores de conteúdo; disponibilizar a todos os cidadãos o testemunho de algumas experiências de quem viveu directamente estas experiências e momentos históricos pouco documentados.

Com a experiência *Las mujeres y los movimientos urbanos en los Distritos de Barcelona* (Espanha) ambicionou-se através de imagens recuperadas dos álbuns de família e dos testemunhos das próprias mulheres, reconstruir o papel da mulher nos movimentos urbanos

contemporâneos durante a construção da cidade e dos seus bairros: em casa, no trabalho, no âmbito político e reivindicativo com base no seu papel na imigração. Também foi abordado o papel da mulher na história da instituição municipal, através da recuperação de documentos do Arquivo Municipal.

Esta experiência teve lugar em diferentes bairros da cidade de Barcelona e abarcou população adulta feminina, geralmente acima de 50 anos que participavam em associações de mulheres ou em escolas de adultos distribuídas pelos bairros da cidade. Em cada distrito, elegeu-se um grupo representativo de determinados movimentos sociais históricos como o da imigração, entre outros.

3. Transferibilidade das experiências socioeducativas para a Euro-região Galiza-Norte de Portugal

Atendendo ao contexto territorial e ao potencial socioeducativo das cidades da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, apresentam-se, com base nas experiências/projectos classificados como boas práticas, algumas linhas de orientação estratégica para o desenvolvimento de actuações integradas em matéria da política socioeducativa municipal que importa reter:

- i. A cidade como espaço de aprendizagem* que inclui as experiências em que a cidade seja o principal foco para a aprendizagem. Para tal, as experiências a desenvolver pelos municípios devem ser capazes de resgatar a dimensão das políticas públicas, levando em conta o seu papel educador e o papel do gestor público. Isto deve incluir práticas que envolvam o urbanismo como força educadora, para responder aos desafios que se apresentam quotidianamente, como a dicotomia entre os espaços público e privado, a preservação e a valorização do património cultural. Exemplos disso são as ‘boas práticas’ identificadas nos projectos *Crianças protagonistas do município por um dia*, *Centro de lazer e actividades recreativas de Montánchez* e a *Universidade da Terceira Idade*.
- ii. Cidadania, identidade e diversidade no contexto urbano* para tornar a cidade num espaço dedicado ao debate de práticas que contribuam para a compreensão de uma cidade multicultural. Aqui devem ser abordados temas relativos à diversidade e ao respeito pela diferença (*e.g.* migração, género, etnia, religião e cultura). Tudo isso poderá estar estritamente relacionado ao combate à discriminação. Ao mesmo tempo que deverá procurar-se discutir a preservação da memória e da identidade da cidade e/ou região, conceitos essenciais na formação dos jovens, além de promover valores de pertença numa sociedade plural e diversa. Ao nível das “boas práticas” considera-se que os projectos que enquadram estes propósitos são: *Memória oral nas Bibliotecas em Barcelona*, *As mulheres e os movimentos urbanos nos municípios de Barcelona*, *Crianças protagonistas*

- do município por um dia, Processo de participação e urbanização da esplanada de Canigó e Fórum participativo do município de Albacete.*
- iii. *Governança e cooperação na cidade* baseada em projectos que fomentem a *governança* e o *parthenariado* no espaço urbano, através de redes (e.g. Associações, ONG's, Instituições públicas ou privadas, Organismos públicos locais, regionais ou internacionais) com vista a fomentar acções de suporte a iniciativas integradas no âmbito das Cidades Educadoras. Pode-se identificar como 'boas práticas' nesta área os projectos *Mondoarte* e *Regionet Integra*.
- iv. *A cidade com espaço ambientalmente sustentável* que integra todas as experiências ou projectos com vista à aquisição de novos conhecimentos e ao aumento da consciência ambiental que contribuam para um desenvolvimento sustentável do espaço urbano. Neste âmbito, deverão ser abordadas as questões relativas ao meio ambiente, à sustentabilidade e às diferentes iniciativas para promover a convivência e a cultura da paz. As experiências identificadas como "boas práticas" nesta área são *Walk to School* e *Horticultura terapêutica*.
- v. *A cidade como espaço de inclusão, equidade, direitos sociais* privilegiando-se, assim, todas as experiências que incluam diagnósticos mas também propostas para a solução dos conflitos do quotidiano cidadão (e.g. população sem-abrigo, combate à pobreza e às desigualdades sociais). Aqui englobam-se também as experiências relativas aos direitos da criança e do adolescente, com vista à co-responsabilização e aos deveres de cada cidadão dentro de uma sociedade, além dos processos cumulativos de educação formal e informal e as diferentes alternativas de participação e diálogo social. A título de exemplo refere-se como 'boa prática' o projecto *Regionet Integra*.
- vi. *Cidades no rumo da sociedade da informação e conhecimento* alicerçadas em experiências/ projectos de promoção e difusão das TIC, bem como de criação de espaços que facilitem o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, aos grupos ou a pessoas em risco de infoexclusão. Estas actividades podem incluir processos de formação e reciclagem profissionais em TIC, sensibilização para a importância do acesso à sociedade da informação para a melhoria do desempenho profissional e participação na prevenção e luta contra a exclusão social. Nesta área específica, destaca-se a importância do projecto *Punt Òmnia*.
- vii. *Cidades abertas ao saber* destacando-se a importância dos diversos tipos de conhecimentos e saberes que sejam de origem certificada e científicos (nomeadamente através do recurso a profissionais, docentes e investigadores de universidades ou instituições/ associações de desenvolvimento local), quer sejam de origem informal ou fruto da experiência e

diversidade intercultural e interétnica. A título de exemplo refira-se como “boa prática” os projectos *Universidade da Terceira Idade e Memória oral nas Bibliotecas em Barcelona*.

Considerações finais

Na mesma linha de trabalhos anteriores⁴, as informações recolhidas nesta investigação que se consubstanciaram na elaboração do Relatório “*O Eixo Atlântico: un território educador, unha comunidade educativa*” permitem-nos apontar como prioritárias, ao nível municipal, as modalidades de apoio socioeducativo nas áreas da infância/juventude, terceira idade, família e comunidade (Marques, 2005; Marques e Moreira, 2005). Daí que importe realçar a importância destas áreas-chave de intervenção municipal, em geral, e, em particular, na Euro-região, realçando, deste modo, as principais transformações das cidades que integram o Eixo Atlântico. Impõe-se, por conseguinte, potenciar as vantagens diversas que resultam da complementaridade das cidades em termos de competitividade, destacando-se, assim, as que potenciem uma cidadania europeia e euro-regional participativa enraizada na riqueza e diversidade sociocultural de cada região.

Em geral, e partindo do novo paradigma educacional e cívico que enforma o conceito de “Cidade Educadora”, assume-se relevante enquadrar e analisar as respectivas especificidades que animam e configuram as cidades do Eixo Atlântico, destacando o que de comum as aproxima, mas também o que as permite singularizar. Nessa perspectiva, o acompanhamento das boas e melhores práticas ao nível socioeducativo (e.g. educativas, ambientais, sociais e de participação cidadã) desenvolvidas pelas cidades e registadas no BIDCE constitui uma excelente “janela de oportunidade” para uma maior articulação entre a actuação municipal e a comunidade educativa, fortalecendo a cooperação e projectando a transferibilidade de novos projectos/experiências para o contexto da Euro-região Galiza-Norte de Portugal, tendo em conta a contextualização educativa e sociopolítica do território que circunscreve estas cidades.

Notas de fim

¹ A Carta das Cidades Educadoras resultou do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona em Novembro de 1990, no qual as cidades representadas reuniram na Carta inicial os princípios básicos para o impulso educador da cidade. Elas partiam do princípio de que o desenvolvimento de seus habitantes não pode ser deixado ao acaso. Esta Carta foi revista no III Congresso Internacional de Cidades Educadoras (Bolonha, 1994) e no de Génova (2004) a fim de adaptar suas propostas aos novos desafios e necessidades sociais. Esta Carta fundamenta-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948); no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966); na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990); na Convenção nascida da Cúpula Mundial para a Infância (1990) e na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001).

²A AICE é uma associação de cidades composta por representantes dos governos locais que se reúnem com o objectivo de trabalhar conjuntamente em projectos e actividades propostas às suas populações, em diversos domínios, por diferentes grupos, com uma vocação educadora. Entre os seus principais objectivos destacam-se:

impulsionar colaborações e acções concretas entre as cidades, aprofundar o discurso das Cidades Educadoras e colaborar com diversos organismos nacionais e internacionais.

³ Disponíveis para consulta, no site da Internet: <http://w10.bcn.es/APPS/edubidce/pubPortadaAc.do?pubididi=2>

⁴ Refira-se o exemplo do projecto de investigação “*Segundos estudos Estratégicos do Eixo Atlântico*” que foi desenvolvido pelo Serviço de Estudos do Eixo Atlântico no grupo “Educação e Formação”, sob a direcção de Luis Dominguez, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular: Galiza-Norte de Portugal. Mais informações disponíveis www.eixoatlantico.com

Referências bibliográficas

BAPTISTA, I. (2005), *Dar rosto ao futuro – a educação como compromisso ético*, Porto: Profedições.

CABALLO, Villar, M.B. (2001), *A cidade educadora. Nova perspectiva de organização e intervenção municipal*, Lisboa: Instituto Piaget.

CABALLO, Villar, M.B. (2008) (coord), Informe *Eixo Atlântico: un territorio educador, unha comunidade educativa*, Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, disponível em http://www.eixoatlantico.com/_eixo_2009/subido/paginas%20simples/pag20090528122423/comision_educacion_proyecto_educativo.pdf.

CABEZUDO, A. (2004): “Cidade educadora: uma proposta para os governos locais”. *Varios Cidade educadora, princípios e experiências.*, São Paulo: Instituto Paulo Freire, Cortez Editora, 11-14.

CABRAL PINTO, F. (2004), *Cidadania, sistema educativo e cidade educadora*, Lisboa: Instituto Piaget.

CARIDE GÓMEZ, J.A., PEREIRA DE FREITAS, O.M. e VARGAS CALLEJAS, G. (2007), *Educação e desenvolvimento comunitário local. Perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade*, Porto: Profedições.

DEL POZO, J. M. (2008): “El concepto de ciudad educadora, hoy”. En Asociación Internacional de Ciudades Educadoras: *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*, Madrid: Santillana, pp. 25-33.

FAURE, E. (1973), *Aprender a ser*, Madrid: Alianza Editorial.

MARQUES, A. P. (2005), “Educação e cidadania na Euro-região”, in Xan BOUXADA (Coord.), *Livro II. Políticas Sociais e Cidadania, Segundos Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico*, INTERREG III A – Subprograma Norte de Portugal – Galiza, Fundo Europeu de Desenvolvimento regional, Ourense, Planeta (CD-Rom).

MARQUES, A. P. e MOREIRA, R. (2005), "Igualdade na diversidade na Euro-região", in Xan BOUXADA (Coord.), *Livro II. Políticas Sociais e Cidadania, Segundos Estudos Estratégicos do Eixo Atlântico*, INTERREG III A – Subprograma Norte de Portugal – Galiza, Fundo Europeu de Desenvolvimento regional. Ourense: Planeta (CD-Rom).

MOLL, J. (2008), "La ciudad y sus caminos educativos: escuela, calle e itinerarios juveniles". En Asociación Internacional de Ciudades Educadoras: *Educación y vida urbana: 20 años de Ciudades Educadoras*, Madrid: Santillana, pp. 217-226.

TRILLA, J. (1990), "Introducción", En *Ajuntament de Barcelona: La ciudad educadora*, Barcelona: Ajuntament de Barcelona, pp. 15-21.

TRILLA J. (1999), "A educación non formal e a cidade educadora. Dúas perspectivas (unha analítica e outra globalizadora) do universo da educación". *Revista Galega do Ensino*, nº 24, pp. 199-211.

TRILLA, J. (2005), "La ciudad educadora: Municipio y educación", Peiró i gregory, S. (Ed.), *Nuevos espacios y nuevos entornos en educación*, Alicante: Editorial Club Universitario, 19-42.

SITES

<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do>

<http://www.eixoatlantico.org/index.php>